

A PRESENÇA PORTUGUESA NA REGIÃO PLATINA*

por
Beatriz Vasconcelos Franzen**

... un plan seguido sin interrupción desde el principio de la conquista hasta el presente, descubren que las miras de esta nación [Portugal] se han dirigido siempre a hacerse dueños del continente de la otra banda y avanzarse después hasta el Peru. [...] Estas provincias son el blanco a que hacen su tiro desde principio del siglo XVI...¹

1 - Jesuítas, mercadores de escravos e bandeirantes.

Desde o começo da colonização da costa meridional do Brasil que os portugueses pretenderam integrar a região do Rio da Prata e toda a área, hoje conhecida como Região Platina, ao seu já vasto império.

* Este artigo é um dos resultados, parcial, do projeto “A presença portuguesa na Região Platina”, iniciado em 2003. Uma iniciativa do Instituto Camões, quando da presidência da Profª Drª Maria José Stock, que tem a participação de comissões do Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil. O projeto está, neste momento (junho de 2005), suspenso por determinação da nova presidência do Instituto Camões. Isto, porém, não impede que as pesquisas continuem.

** Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (Porto Alegre - Brasil).

¹ Memória de Don Nicolas de Arredondo. Buenos Aires, 16 de marzo de 1795. In: TEJERINA, Marcela. *Luso-Brasileños en el Buenos Aires Virreinal*. Trabajo, negocios y intereses en la plaza naviera y comercial. 1. ed. Bahia Blanca: Ediuns, 2004. p. 256.

A primeira expedição colonizadora às regiões do sul do Brasil – a de Martim Afonso de Sousa (1530/1532) – avançou até o Rio da Prata, o qual Pero Lopes de Sousa, irmão do capitão, chegou a percorrer. O naufrágio de Martim Afonso nas costas do atual Uruguai e, possivelmente, devido às suas investigações astronômicas – que teriam demonstrado que aquelas terras estavam fora dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) –, a expedição retornou rumo ao norte e estabeleceu-se em São Vicente, o primeiro ponto, oficialmente, a ser colonizado na costa brasileira (1532) .

Entretanto, a idéia de avançar sobre o Rio da Prata iria persistir como é provado pela carta do embaixador espanhol, na corte portuguesa, ao seu soberano, o imperador Carlos V, em 11 de julho de 1535, relatando a audiência que tivera com D. João III face às notícias de uma expedição que estava sendo preparada em Lisboa e cujo destino seria o Rio da Prata. Porém, D. João III explicara que a expedição se dirigia para o norte do Brasil (Maranhão). Mas, que ele, El-Rei de Portugal, soubera que, em Sevilha, se preparava uma expedição para ir ao Rio da Prata² “que era de su demarcacion y que se abia primero descubierto por un portugues³ y que el queria luego embiar a Vuestra Magestad a requerirle no consintiese que fuese aquella armada que se hazia em Sevilla pues hera em su prejuizio.”⁴ A expedição a que D. João III se referia era a expedição de Pedro de Mendonça que estava sendo preparada em Sevilha para rumar ao Rio da Prata, onde chegaria em 1536.

Também em relação às terras da Região Platina⁵, os lusos pretenderam estender sua posse.

Desde os primeiros tempos, as ligações entre Assunção (fundada pelos espanhóis em 1537) e São Vicente foram freqüentes. O fracasso da

² A expedição a que D. João III se referia era a expedição de Pedro de Mendoza que estava sendo preparada em Sevilha para rumar ao Rio da Prata, onde chegaria em 1536. Ali seria fundada Buenos Aires.

³ Referência à expedição de Cristóvão de Haro e do piloto João de Lisboa que alcançara o Rio da Prata em 1512/13.

⁴ Carta de Luís Sarmiento a Carlos V. In: BARROS, João. *Ásia de Joam de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Primeira Década. 4. ed. Revisada e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição Princeps. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. p. XXXIV.

⁵ Território banhado pela bacia hidrográfica constituída pelos rios Uruguai, Paraná e Paraguai e que abrange terras dos atuais países Paraguai, Uruguai, norte da Argentina, sul e oeste do Brasil e sudeste da Bolívia.

fundação de Buenos Aires (1536), no Rio da Prata, obrigou os espanhóis de Assunção a utilizar São Vicente e, mais tarde, após a fundação, o Rio de Janeiro como portos de partida para a Europa.

O imenso sertão entre São Vicente e Assunção era disputado pelos dois impérios. A falta de condições para estabelecer limites e a escassa população branca impossibilitava seu efetivo povoamento, quer pelos lusos, quer pelos espanhóis. O sertão era o desconhecido, habitado pelos indígenas e por proscritos que para lá fugiam em busca de abrigo, longe da lei. O Peabiru, caminho dos índios que ligava as terras do Paraguai com o litoral do Brasil, serviu para estabelecer o contato entre Assunção e São Vicente. Mas, os perigos eram grandes, devido à presença dos belicosos indígenas: Guarani, Ibirajara, Tupi e outros.

Mas, cedo, os portugueses ultrapassaram a Serra do Mar e ligaram S. Vicente com o planalto.

Nesta expansão foram apoiados pelos jesuítas que, desde 1550 (P.Leonardo Nunes, S.J.), haviam chegado a São Vicente. Mas, é com a vinda do P. Manuel da Nóbrega, S.J., então superior da missão⁶, que o avanço pelo planalto paulista vai se efetivar, com a fundação da Vila São Paulo de Piratininga (1554). Em suas cartas do ano de 1553, Nóbrega manifesta seu desejo de expandir a ação jesuítica pelas terras do sertão, acreditando, inicialmente, serem estas por direito portuguesas. Somente, após reconhecer a posse espanhola sobre elas e ser proibido pelo governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, e aconselhado pelo provincial de Portugal, é que ele desiste de sua pretensão.

Os jesuítas foram, ao longo da segunda metade do século XVI e na primeira metade do século XVII, um dos principais elementos da expansão portuguesa ao longo do litoral sul, alcançando as terras do atual Rio Grande do Sul, e no sertão paulista com a instalação de aldeamentos onde reuniam índios para a catequese.

O litoral sul foi, também, percorrido por mercadores de escravos de São Vicente e de outras capitânicas mais ao norte, como a Bahia, que buscavam indígenas para os mercados de escravos daquelas regiões. Especialmente, o litoral de Santa Catarina foi objeto de interesse por parte dos mercadores de escravos e dos jesuítas lusos, que levavam os índios Carijó para seus aldeamentos em São Paulo e no Rio de Janeiro. A presença de numerosos grupos Carijó na região era fator de atração, tanto para

⁶ A Província Jesuítica do Brasil será criada logo após, ainda em 1553, tendo como primeiro provincial o P. Manuel da Nóbrega.

os inacianos como para os mercadores de escravos. Porém, os jesuítas não conseguiram fundar nenhuma residência permanente na região, devido, principalmente, à presença dos mercadores de escravos que instigavam os índios contra os padres, acusando-os de levarem os indígenas para São Paulo e Rio de Janeiro a fim de serem vendidos como escravos ou mantê-los escravizados nos seus aldeamentos.

Em 1635, o P. Inácio de Sequeira, que chefiava uma expedição jesuítica ao sul, escreve que na ilha de Santa Catarina “os moradores de São Vicente, que lá foram povoar, armaram suas casas [...] para ali assaltarem nossos padres e lhes tomarem a gente que trouxessem dos Carijós”⁷. Chegando a Laguna, descreve:

Deste porto até o Rio Grande, que dista setenta léguas [...], nele achamos sessenta e duas (embarcações) dos portugueses que de várias capitânias tinham lá ido este ano de 1635 ao resgate dos miseráveis Carijós; destas, eram quinze navios de alto bordo, e as demais, canoas mui possantes, em as quais, feita lista pelos mantimentos que levavam, e pelo porte das embarcações, esperavam os portugueses trazer acima de 12.000 Carijós cativos.⁸

Esta presença dos jesuítas e dos mercadores de escravos no litoral de Santa Catarina e o conhecimento adquirido sobre a área possibilitaram a instalação de povoados portugueses na região a partir dos fins do século XVII: São Francisco, Desterro, Laguna.

Os paulistas, por sua vez, avançavam para o sertão em busca de riquezas, principalmente, após a descoberta das Minas de Potosí, em 1545/46. Localizadas, no então Alto Peru, as minas suscitaram o surgimento daqueles que Alice Canabrava designou de Peruleiros: os aventureiros que iam em busca da prata do Peru. Se não alcançaram, de imediato, esta prata, encontraram outra riqueza, as reduções organizadas pelos jesuítas espanhóis, desde 1610, na região do Guairá (atual Noroeste do Paraná). Estas tinham um papel político para o Império espanhol, o de se constituírem em frente de expansão e de fixação da fronteira espanhola. Pelo Tratado de

⁷ FRANZEN, B. V. *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no Sul do Brasil e Paraguai (1580-1640)*. São Leopoldo: Edit. Unisinos, 1999. p. 63.

⁸ LEITE, Serafim, S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Civilização Brasileira; Lisboa: Portugalia, 1938-1949. (10 tomos). Tomo VI: p. 494-521.

Tordesilhas, este território era espanhol, mas os mamelucos⁹ paulistas já estavam percorrendo esta região, atraídos pelas riquezas do Peru.

Estas reduções, reunindo milhares de índios sob a tutela dos jesuítas espanhóis, passaram a representar um interesse econômico tão ou mais significativo que a prata. Eram índios em processo de civilização, aos quais os padres estavam inculcando hábitos de trabalho e que se prestavam como excelente mercadoria nos mercados de escravos. O interior do Rio Grande do Sul, também, foi objeto de interesse por parte dos bandeirantes¹⁰ paulistas visto que, a partir de 1626, os jesuítas espanhóis haviam iniciado a instalação de reduções no Oeste, NO e Norte do território – as reduções do Tape.

A ação devastadora dos bandeirantes arrasou com as reduções, não só, no Guairá, como, também, no Tape e no Itatim (sul do Mato Grosso).

A destruição das reduções, especialmente as do Tape, e a derrota dos bandeirantes em Mbororé (1641), deixaram as terras do sul sem maiores atrativos, pois os indígenas que restaram foram levados pelos jesuítas espanhóis para os territórios da margem direita do rio Uruguai onde se incorporaram às reduções ali existentes.

2 – A Colônia do Sacramento.

Em 1680, numa expedição oficial, os portugueses fundam na margem norte do Rio da Prata, frente a Buenos Aires, um posto avançado de domínio luso naquelas terras, a Colônia do Santíssimo Sacramento, conhecida na História como a Colônia do Sacramento. Era a realização de uma aspiração de mais de um século. Até 1777, por ocasião da assinatura do tratado de Santo Ildefonso, os portugueses permaneceram na Colônia, apesar dos vários ataques e sítios que Sacramento vivenciou ao longo desse período, tais como o ataque de 1680, logo após a instalação na região, o domínio da Colônia pelos espanhóis durante a Guerra da Sucessão Espanhola e o sítio de 1735/1737. Em 1750, o Tratado de Madri determinava a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul. Porém, esta troca não chegou a se efetivar,

⁹ Mamelucos – frutos da união entre o colono português e a mulher índia, na região de São Paulo.

¹⁰ Bandeirantes – paulistas, organizados em expedições conhecidas como bandeiras, avançaram pelo sertão, atacando as reduções espanholas.

pois em 1761, o Tratado de El Pardo anulava o Tratado de Madri. Em 1762, os espanhóis invadem a colônia. Essa invasão espanhola abrangeu desde Sacramento até a vila de Rio Grande, originária da fortaleza criada pelos portugueses em 1737, no litoral do Rio Grande do Sul, e que possibilitou a formação do primeiro povoado português em terras sul-rio-grandenses. Somente com o Tratado de Santo Ildefonso, portugueses e espanhóis chegaram a um acordo, ficando os lusos com a faixa litorânea do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os espanhóis com a Colônia do Sacramento e o território das Missões. Ao longo de todo este período, os portugueses foram penetrando no território espanhol, através de ações várias.

Con la firma del Tratado de San Ildefonso se deo sustento jurídico a todos los lusitanos que habian pasado a los dominios hispanicos, como consecuencia de los traspasos territoriales derivados de los problemas geopolíticos y estratégicos que enfrentaron a las Coronas ibéricas a lo largo de todo el siglo XVIII. Ya fuera en forma voluntaria o como consecuencia de los imponderables propios de la guerra, en Buenos Aires estos individuos pasaron a formar parte de aquella comunidad lusitana que había comenzado a conformarse desde los inicios del poblamiento de la ciudad.¹¹

Mas, a expansão portuguesa não cessou. Em 1801, o território das Missões seria conquistado pelos lusos e incorporado ao território da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Quanto às terras localizadas a oeste da linha de Tordesilhas, percorridas pelos bandeirantes paulistas, estas haviam sido reconhecidas como portuguesas no Tratado de Madri (1750), graças a ação de Bartolomeu de Gusmão, ministro da coroa portuguesa, nascido no Brasil, que fez valer o princípio de “*Uti possidetis*”.

A última tentativa portuguesa de instalar-se no rio Prata foi quando da invasão do território do atual Uruguai, em 1821, incorporado ao Império luso-americano como Província Cisplatina. Essa foi a herança deixada pelos portugueses ao Brasil por ocasião da independência (1822). D. Pedro I tentou mantê-la sob o domínio do Império do Brasil, mas finalmente, em 1828, foi reconhecida a independência da área, surgindo então a República Oriental do Uruguai.

¹¹ TEJERINA, op. cit., 2004: p. 70.

3 – A importância econômica da região.

Ao longo deste período que acompanha toda a fase da América portuguesa (1500-1822), a região do Rio da Prata e as áreas circunvizinhas (Bacia Platina) foram objeto de interesse de particulares e de autoridades lusas.

Os interesses, quer oriundos da preta e escravização dos índios, quer as riquezas de Potosí, atraíam os lusos que foram assim estendendo as fronteiras da América portuguesa para muito além daquelas estabelecidas pelo Tratado de 1494. Mas, os portugueses não se limitaram às terras percorridas e anexadas. Os lusos foram se introduzindo nas regiões habitadas e sob o domínio dos espanhóis, a começar por Buenos Aires, onde chegaram a representar mais de 30% da população branca e, alcançando até Lima, no Peru. Nestas cidades, bem como em Assunção e outras, ocuparam cargos da administração pública e desenvolveram grandes negócios. Estes estavam, principalmente, ligados ao contrabando. Daí a importância da Colônia do Sacramento, centro de contrabando da prata e do couro, produtos fundamentais na época.

4 – O contrabando favorecendo a penetração portuguesa na região

O contrabando foi uma atividade desenvolvida em larga escala pelos portugueses no Sul do Brasil, no Rio da Prata e nas regiões circunvizinhas. Este contrabando tinha como objetivo, inicialmente, tanto a comercialização ilegal da prata, como, também, a dos escravos trazidos da África e levados a Buenos Aires, e daí enviados para várias áreas da Província do Paraguai. Mais tarde, a partir dos meados do século XVII, o couro tornou-se outro produto de importância para o contrabando efetuado na região. Apesar das muitas cédulas reais e das medidas tomadas por governadores de Buenos Aires, como Fernão Arias de Saavedra, contra esta ação prejudicial aos interesses hispânicos, o contrabando exercido pelos mercadores portugueses, muitas vezes com o apoio de outras autoridades hispânicas locais, continuou de forma intensa, até mesmo ao longo do século XVIII, e com a participação de elementos lusos que exerciam postos de relevo na administração colonial portuguesa, tal como se depreende da acusação feita a José da Silva Paes.

Instalado na Ilha de Santa Catarina, como governador das Capitânicas do Sul, José da Silva Pais fazia cobrar impostos aos navios estrangei-

ros que ali iam fazer aguada e determinava que fossem cobrados altos preços pelos produtos da ilha. George Anson, comandante de uma esquadra inglesa que se dirigia ao Pacífico, em 1740, buscou aguada na Ilha de Santa Catarina e, em seu relatório, queixa-se dos “preços exorbitantes” e acusa o governador português de “conduta indigna”. São suas as declarações:

Pela proximidade do Rio da Prata, ele (José da Silva Pais) faz um bom comércio de contrabando entre os portugueses e os espanhóis. O principal ramo deste comércio consiste na troca do ouro pela prata, o que prejudica o rendimento dos dois Reis, que ficam privados do seu quinto...¹²

Também Alice Canabrava afirma:

É difícil precisar a data em que os contrabandistas do Porto de Buenos Aires resolveram conjugar seus esforços numa organização e quando articularam suas atividades comerciais com os contrabandistas de Portugal e do Brasil. As fraudes registradas no arremate de escravos mostram que seu aparecimento data da primeira década do século XVII [...]. Os principais elementos da sociedade contrabandista eram Diogo de Vega, riquíssimo comerciante português, e seu parente, Juan de Vergara, espanhol, natural de Sevilha, *regedor* perpétuo do *Cabildo* e dono de largos recursos.¹³

Diogo de Vega chegara a Buenos Aires em 1601 e, em 1610, requereu o título de cidadania, apelando para o fato de ali estar vivendo há nove anos, possuir casa e fazendas de muita importância e que sempre se dedicara ao serviço do Rei. Seus negócios estendiam-se pelo Brasil, Portugal, Flandres, Angola e penetravam pela Província, tendo contatos comerciais em Tucumán, e chegando ao Chile e Peru.

Os contrabandistas contavam com o apoio de importantes funcionários espanhóis da administração colonial¹⁴ bem como da população lusi-

¹² “A Voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, Esq; afterwards Lord Anson, Commander in Chief of a Squadron of His Majesty’s Ships, sent upon an Expedition to the South Seas”. Publicado em Londres, em MDCCLXXVI. In: *Ilha de Santa Catarina – Relato de Viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4. ed. Organizado por Martin Afonso Palma de Haro. Florianópolis: Edições Lunardelli, co-ed. Universidade de Santa Catarina, 1996. p. 66.

¹³ CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, Edit.; São Paulo: Edit. Da Univ. de São Paulo, 1984. p. 124-125.

¹⁴ Alice Canabrava cita o tesoureiro Simão de Valdés (1984: p. 125).

tana que habitava o porto de Buenos Aires e de elementos portugueses que ocupavam cargos públicos na cidade de Buenos Aires e nas do interior¹⁵.

A obra de Alice Canabrava *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)* é rica em informações semelhantes. Mostra-nos como a presença portuguesa na região alcançou importância não só em número (e este foi bastante grande) como pelo montante dos negócios ali desenvolvidos.

A luta das autoridades – aquelas que não estavam ligadas a estes negócios –, foi incansável e praticamente inútil, visto que os mercadores portugueses instalavam-se nas cidades platinas e até em Lima, constituindo família e requerendo cidadania, como foi o caso de Diogo de Vega. Muitas destas famílias podem ainda hoje serem identificadas, pois seus descendentes ostentam nomes tipicamente portugueses.

Por ocasião da invasão espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1776) – na época, recém começara o povoamento com casais açorianos (1751) –, o Gen. Ceballos, comandante das tropas espanholas, deslocou para terras do atual Uruguai, cerca de 100 casais açorianos, estabelecidos na Vila de Rio Grande, com a finalidade de povoá-las. Após a expulsão dos espanhóis, muitos destes casais regressaram às terras sul-riograndenses, porém outros ali permaneceram, dando origem a cidades como San Carlos e Maldonado. Também, em Montevidéo, a presença de descendentes dos lusos, ainda hoje é perfeitamente notada.

5 – Os soldados

Também, neste período, chegaram ao Rio Grande do Sul numerosos soldados açorianos que faziam parte do exército português que veio engrossar as tropas lusas para dar combate aos espanhóis.

Em 1774, o Marquês de Pombal, em nome do rei, ordena o envio de tropas da Ilha Terceira e da guarnição da Bahia para o Rio de Janeiro e, sem diminuir a guarnição desta cidade “haja de fazer passar imediatamente para o referido exército do Rio Grande de S. Pedro...” (Carnaxide, 1940, p. 263)

A relação destes soldados, “Relação das Recrutadas que por ordem de S. Magestade semandarão fazer nestas Ilhas dos Açores para apsentar Praça nos Regim^{tos} das Guarnição dacidad^e do Rio de Janro – 21 de se-

¹⁵ CANABRAVA, op. cit., 1984: p. 125.

tr^o 1744”¹⁶, apresenta-nos 220 nomes de soldados, sua filiação, lugar de nascimento, idade e altura. Todos são relacionados como “voluntários” e “prezos”. A maioria tem entre 18 e 25 anos de idade, entre 58 e 62 polegadas de altura.

Nossas pesquisas, no momento, voltam-se para buscar a presença destes soldados, após a guerra, na sociedade que estava se formando. Muitos deles, dos que sobreviveram, devem ter se integrado na população local, através de casamentos com jovens açorianas ou descendentes dos primeiros colonizadores do Rio Grande do Sul ou, também, com índias. A política de colonização implantada por Portugal no sul da América portuguesa que visava um povoamento efetivo destas terras, objeto de disputa com os espanhóis, admitia, e até estimulava, casamentos com as indígenas que, inclusive, recebiam dote do governo. Esta medida tinha por fim não só a intensificação do povoamento da área como, também, a integração da população nativa com o colonizador, antiga estratégia utilizada pelos portugueses em outras regiões do Império luso, tais como na Índia, na época de Afonso de Albuquerque, e em Pernambuco, quando da instalação da capitania por Duarte Coelho. Estamos pesquisando na Cúria Metropolitana de Porto Alegre, os Autos de Justificação de Casamentos (A.J.C.)¹⁷, do período de 1775 a 1790, para identificar os noivos, e, em outros arquivos, as listas dos soldados enviados ao Rio Grande do Sul, neste período, para podermos comparar com a listagem dos soldados açorianos (Arquivo dos Açores) e estabelecer uma possível relação o que indicaria que, efetivamente, os casamentos ocorreram e eles teriam não só concretizado os objetivos da Coroa como, também, constituíram-se em sementes de futuras famílias que, ainda hoje, podem ser identificadas.

Já levantamos alguns A.J.C. de militares açorianos que casaram com jovens de origem açoriana na época.

Em 12.08.1774 – A.J.C. de José Francisco da Silva, 23 anos, natural da Ilha do Fayal, freguesia de São José e Rosaura Feliciano de Jesus, natu-

¹⁶ Material do arquivo dos Açores que nos foi gentilmente cedido pelo Prof. Artur Madeira, em jan. 2004.

¹⁷ Este tipo de documento, também, foi utilizado pela prof^a Dr^a Cleusa Graebin em sua tese de doutorado “Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro”, porém sua análise abrangeu o período 1756-1764.

ral da freguesia de Nossa Senhora do Desterro, Ilha de Santa Catarina, 18 anos.

Em seu depoimento, ele declara ser solteiro e ser soldado artilheiro.

Como se pode observar pela data do A.J.C., este casal não corresponde ao que desejamos, porém atesta as uniões que ocorriam e que estão dentro do que buscamos.

Conclusão

A presença portuguesa na região Platina, durante todo o chamado período colonial, é inquestionável. Entretanto, é importante considerar que os espanhóis também estiveram presentes na área, no Oeste e Centro do Paraná, bem como no Sul do Mato Grosso, onde inclusive chegaram a instalar cidades: Ciudad Real, Vila Rica del Espiritu Santo (Paraná) e Jerez, no Sul do Mato Grosso, arrasadas pelos bandeirantes, no século XVII. Mais tarde, a área foi incorporada ao território da América portuguesa (Tratado de Madri, 1750).

No Rio Grande do Sul, a convivência belicosa, decorrente de conflitos locais ou de guerras na Europa, entre Portugal e Espanha, possibilitou contatos que permaneceriam, permitindo uma posterior convivência pacífica que caracteriza essa fronteira como uma área de permanente intercâmbio, até os dias atuais.

Ao longo de mais de 200 anos, lusos e hispânicos percorreram as mesmas terras, por elas lutaram, ao mesmo tempo que uniam-se por meio de negócios alguns legais, a maioria ilegais, amavam-se, constituíam famílias, contribuindo para a formação de uma rica região, onde hoje temos territórios do Brasil, da Argentina, da Bolívia, bem como as repúblicas do Uruguai e do Paraguai, e cuja cultura com traços comuns pode servir de base para uma união mais profunda e cujo início é, sem dúvida, o Mercosul.

Referências Bibliográficas

- BARROS, João. *Ásia de Joam de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Primeira Década. 4. ed. Revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição Princeps. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, Edit.; São Paulo: Edit. da Univ. de São Paulo, 1984.
- CARNAXIDE, Visconde. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo: Edit. Nacional, 1940. (Brasiliana, v. 192)
- CESAR, Guilhermino. *O contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.
- FRANZEN, B. V. *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no Sul do Brasil e Paraguai (1580-1640)*. São Leopoldo: Edit. Unisinos, 1999.
- HARO, Martim Afonso Palma (org.). *Ilha de Santa Catarina – Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4. ed. Florianópolis: Edições Lunardelli, co-ed. Universidade de Santa Catarina, 1966.
- LEITE, Serafim, S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Civilização Brasileira; Lisboa: Portugália, 1938-1949. (10 tomos)
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. Fronteiras do Brasil Colonial. *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 40, p. 8-20, out./dez. de 1999.
- TEJERINA, Marcela. *Luso-Brasileños en el Buenos Aires Virreinal*. Trabajo, negocios e intereses en la plaza naviera y comercial. 1. ed. Bahia Blanca: Ediuns, 2004.